

Companhia do Metrô da Bahia

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016
e Relatório dos Auditores Independentes
Sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Companhia do Metrô da Bahia

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório da Administração	1 - 6
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 - 3
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações do fluxo de caixa – método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9- 44

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Ao acionista

É com grande satisfação que apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Companhia do Metrô da Bahia, relativos ao exercício compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2016, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Companhia tem como objeto social exclusivo realizar a exploração da concessão patrocinada do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL) outorgada pelo Estado da Bahia, compreendendo sua implantação, operação e manutenção de todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, sem se limitar, a execução de serviços e obras, compra de equipamentos, montagens, adequação, manutenção e operação dos Terminais de Integração de Passageiros, a implantação e gestão do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, e os demais atos correlatos ao cumprimento do Contrato de Concessão decorrente da concorrência promovida pelo Governo do Estado da Bahia.

A concessão é uma Parceria Público-Privada (PPP), entre Companhia do Metrô da Bahia e o Estado da Bahia. Por um período de 30 anos, de 2013 a 2043, a PPP promoverá investimentos em construção de estações, aquisição de equipamentos, sistemas, adequação e revitalização de trens, manutenção e operação dos Terminais de Integração de Passageiros e das estações de Metrô. O metrô contribuirá de forma decisiva para a redução dos gargalos que dificultam a mobilidade da cidade e região metropolitana.

1.3. Destaques do Ano de 2016

Neste exercício, a Companhia conduziu a implantação das atividades correlatas ao cumprimento do Contrato de Concessão, tendo os seguintes destaques: (i) Início da Operação Comercial da Linha 1 em 02 de janeiro, abrangendo as Estações Lapa, Campo da Pólvora, Brotas, Bonocô, Acesso Norte 1, Retiro e Bom Juá. Em 11 de fevereiro, a estação Pirajá foi incluída à Operação Comercial; (ii) Início da Operação Plena da Linha 1 em 15 de maio, com todas as estações dessa Linha funcionando diariamente das 5hr da manhã até à meia noite; (iii) Início da operação referente ao primeiro trecho da Linha 2 em 05 de dezembro, abrangendo as estações Acesso Norte 2, Detran e Rodoviária.

- Além disso, em outubro de 2016, foi assinado o Termo Aditivo nº 3 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram: (i) Desmembramento e reprogramação de alguns eventos de aportes e marcos operacionais, a fim de garantir uma maior eficiência na prestação do serviço, de modo que o recebimento dos aportes de recursos pela concessionária guarde maior proporcionalidade com as etapas efetivamente executadas; (ii) Definição das regras e procedimentos para a integração física e tarifária com as linhas de ônibus metropolitanos.

1.4. Perspectivas

A Companhia mantém seu principal objetivo de concluir sua implantação até 2017. Além disso, com a extensão dos horários de funcionamento e o início da Operação Comercial, passando a integrar gradativamente sua malha metroviária aos ônibus urbanos e metropolitanos, a Companhia espera contribuir de forma substancial para a implantação de um sistema de transporte integrado e multimodal para a região de Salvador e Lauro de Freitas.

2. Estratégia e Gestão

2.1. Governança corporativa

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, e subsidiária integral da CPC (Companhia de Participações em Concessões).

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo Ítalo Roppa o Presidente do Conselho e demais membros efetivos: Antônio Linhares da Cunha e Arthur Piotto Filho. A Diretoria, composta por cinco membros, foi eleita pelo Conselho de Administração: Luis Augusto Valença de Oliveira (Diretor Presidente), Sami Farah Junior (Diretor Administrativo Financeiro), Rodolfo Daniel Gonzalez (Diretor Operacional), Juvêncio Pires Terra (Diretor de Engenharia) e Claudio Augusto Soares de Andrade (Diretor de Implantação de Sistemas e Material Rodante).

2.2. Gestão de Pessoas

Sabemos que o sucesso do negócio depende de profissionais devidamente qualificados e comprometidos com os objetivos estratégicos da empresa. Para isso, é necessário assegurar atração, retenção e desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2016, investimos na estruturação do quadro de pessoal da Companhia, seguindo as contratações, treinamentos e qualificações de colaboradores, visando à implantação do modelo de gestão, normas e procedimentos do Grupo CCR. Encerramos o ano com 1.136 colaboradores diretos atuando na concessionária e 6.833 atuando na implantação das obras e sistemas, totalizando 7.969 colaboradores envolvidos no projeto.

3. Desempenho Econômico - Financeiro

3.1. Mercado

A região onde o SMSL está inserido grandes pólos geradores de tráfego nos municípios de Salvador e Lauro de Freitas, tendo como destaque os setores de comércio, serviços, educação e saúde. A implantação do SMSL possibilita mais benefícios sociais, expressos pela redução do tempo de viagem despendido pela população, representando maior qualidade de vida e um acréscimo de novas oportunidades econômicas pela redução da emissão de poluentes. Essa implantação tem como objetivo solucionar parte dos problemas relacionados à mobilidade urbana da região, reestruturando o sistema viário, integrando com outros modais e proporcionando um sistema de transporte coletivo eficiente.

Até dezembro de 2016, após 2 anos e meio de operação assistida e comercial, a Companhia transportou cerca de 24 milhões de passageiros em todo o sistema.

Em 2016, foram integradas 240 linhas urbanas e 17 linhas metropolitanas com o sistema metroviário.

Durante o ano, foram recebidos 28 novos trens no Pátio Pirajá, integrando uma frota de 34 trens (28 novos + 6 antigos).

3.2. Desempenho CCR Metrô Bahia

Abaixo encontram-se demonstrativos do resultado da Companhia em 2016:

Em R\$ mil	Dez/2016	Dez/2015
Receita líquida	1.908.928	1.275.370
Receitas Metroviárias	28.249	-
Receita de remuneração dos ativos da concessão	211.848	67.056
Receita de construção (ICPC 01 R1)	1.668.087	1.199.621
Receitas Acessórias	861	109
(-) Deduções da receita bruta	(117)	8.584
(-) Custos dos serviços prestados	(1.781.982)	(1.202.713)
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(1.668.087)	(1.199.621)
Custos da operação	(110.236)	-
Despesas contratuais	(3.659)	(3.092)
Resultado Bruto	126.946	72.657
(-) Despesas gerais e administrativas	(63.934)	(128.818)
(-) Outros resultados	83	10
(-) Resultado financeiro líquido	(159.585)	(87.384)
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(96.490)	(143.535)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	30.944	49.579
Prejuízo do exercício	(65.546)	(93.956)

Receitas Metroviárias

Em janeiro de 2016, a Companhia iniciou a Operação Comercial da Linha 1, abrangendo as Estações Lapa, Campo da Pólvora, Brotas, Bonocô, Acesso Norte 1, Retiro e Bom Juá. Posteriormente, a Estação Pirajá passou a operar comercialmente a partir de fevereiro de 2016.

Em dezembro de 2016, a Companhia iniciou a operação do primeiro trecho da Linha 2, também em caráter comercial, abrangendo as estações Acesso Norte 2, Detran e Rodoviária.

Ao longo do exercício de 2016, a Companhia registrou R\$ 28 milhões de receita metroviária.

Receita e Custo de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. O acréscimo deve-se ao avanço das obras, sobretudo da Linha 2, à implantação de sistemas e aquisição de material rodante, conforme quadro abaixo:

Em R\$ mil	Dez/16	Dez/15
Obras civis e Desapropriações	1.203.932	1.034.872
Sistemas	98.253	140.594
Material rodante	365.902	24.155
Investimentos (Custo de Construção)	1.668.087	1.199.621

Custos da operação

Composto por gastos com pessoal, serviços de terceiros, energia elétrica, depreciação, amortização, materiais, equipamentos, veículos e outros. Em 2015, esses gastos eram reconhecimentos como Despesas Gerais e Administrativas, devido à empresa ser operacional no último exercício.

Despesas Contratuais

Referem-se às verbas de fiscalização e aos seguros e garantias.

Resultado financeiro

Ao longo de 2016, a Concessionária esteve empenhada no equacionamento de sua estrutura através de capital privado, aportes e contraprestações do Poder Concedente, além de contratação de empréstimos como forma de financiar a construção do ativo objeto do Contrato de Concessão.

4. Sustentabilidade

O Grupo CCR é comprometido com a prestação de contas direcionadas aos investidores e aos demais públicos, o que possibilita o acompanhamento da sua administração. A companhia adota princípios como a transparência e a equidade, condutas aplicadas desde a sua estruturação em 1998, seguindo boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade.

A administração do Grupo CCR é realizada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e na estratégia de crescimento da companhia.

Para consolidar a sustentabilidade como diferencial da proteção e da criação de valor, parte integrante de seu planejamento estratégico, em 2016 o Grupo realizou vários avanços, como a revisão de sua matriz de materialidade. O objetivo é a companhia se manter atualizada em relação às mudanças estruturais do negócio e do setor, bem como estar atenta aos anseios dos seus *stakeholders*.

A base da estratégia do Grupo CCR está na diversificação, na consolidação dos negócios conquistados e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários, voltada sempre para o cumprimento das obrigações assumidas e a melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa e nas políticas internas adotadas, que sistematizam suas ações. Também participa voluntariamente de diversas iniciativas e compromissos, como Pacto Global e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Carbon Disclosure Project (CDP), Empresas pelo Clima (EPC), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, além da parceria com a Childhood, contra o abuso e exploração sexual infantil.

Pelo quarto ano, o Grupo CCR publica seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, baseado nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do International Integrated Reporting Council (IIRC), o qual visa comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, considerando o contexto externo, a avaliação de riscos e a criação de valor no curto, médio e longo prazos.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais:

- Capital financeiro
- Capital social e de relacionamento
- Capital humano
- Capital manufaturado
- Capital natural
- Capital intelectual

4.1. Desempenho Social

A CCR Metrô Bahia em parceria com o Instituto CCR apoiou diversos projetos sociais por meio das leis de incentivo fiscal, como o PhotoTruck para os alunos da rede pública, o Teatro a Bordo que fez apresentações em espaços públicos da cidade, e o NEOJIBA que inaugurou o seu Núcleo em Pirajá. Ao longo de 2016, também foram realizadas algumas campanhas, como a Campanha do Agasalho e o Dia do Voluntariado “Nosso Mundo Melhor”.

4.2. Desempenho Ambiental

A CCR Metrô Bahia possui todas as licenças ambientais necessárias para implantação e operação do Metrô, além de diversos programas que visam garantir uma maior conscientização com as questões ambientais e sociais, como por exemplo: máquina de lavar trens que reutiliza a água para lavagem, substituição de lâmpadas por LED, doação de resíduos recicláveis para cooperativas, visando o desenvolvimento social e a diminuição do impacto ambiental.

5. Considerações finais

5.1. Agradecimentos

A CCR Metrô Bahia agradece ao Acionista pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado da Bahia, às Prefeituras Municipais de Salvador e Lauro de Freitas, aos fornecedores, instituições financeiras e seguradoras pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos Colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

5.2. Auditores independentes

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3. Cláusula Compromissória

O Grupo CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

Salvador, 16 de fevereiro de 2017.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia do Metrô da Bahia
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia do Metrô da Bahia ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia do Metrô da Bahia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Deloitte.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de março de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Roberto Torres dos Santos
Contador
CRC nº1 SP 219663/O-7

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
			(Reapresentado)				(Reapresentado)
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	168.881	556.576	Empréstimos e financiamentos	12	-	362.888
Ativo financeiro	7	424.812	483.126	Debêntures	13	924.999	174.071
Adiantamento à fornecedor		230.873	175.445	Fornecedores		49.671	51.349
Impostos a recuperar		27.320	8	Fornecedores - partes relacionadas	9	813	759
Contas a receber		4.191	-	Contas a pagar com operações de derivativos	18	53.941	539
Contas a receber - partes relacionadas	9	7	-	Impostos e contribuições a recolher		1.963	1.512
Despesas antecipadas		3.760	2.451	Obrigações sociais e trabalhistas		24.290	21.588
Contas a receber com operação de derivativos	18	-	165.577	Câmara de compensação		1.135	101
Câmara de compensação		1.138	101	Outras contas a pagar		921	16
Estoques		5.111	1.340				
Outros créditos		431	546	Total do passivo circulante		1.057.733	612.823
Total do ativo circulante		866.524	1.385.170	Não circulante			
				Empréstimos e financiamentos	12	1.825.010	1.026.542
Não circulante				Debêntures	13	695.420	1.108.420
Realizável a longo prazo				Provisão para risco cíveis	14	596	21
Ativo financeiro	7	1.184.193	328.263				
Impostos a recuperar		1.895	6.447	Total do passivo não circulante		2.521.026	2.134.983
Adiantamento à fornecedor		94.970	78.823				
Impostos diferidos	8b	118.561	28.425	Patrimônio líquido			
Outros créditos		26	34	Capital social	15	330.000	200.000
				Prejuízos acumulados		(209.016)	(143.470)
		1.399.645	441.992	Ajuste de avaliação patrimonial		(20.416)	94.485
Imobilizado	10	28.861	22.738	Total do Patrimônio líquido		100.568	151.015
Intangível	11	1.384.297	1.048.921				
				Total do passivo e patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		2.812.803	1.513.651			3.679.327	2.898.821
Total do ativo		3.679.327	2.898.821				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	16	1.908.928	1.275.370
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(1.668.087)	(1.199.621)
Custos com verba de fiscalização		(3.659)	(3.092)
Serviços		(27.466)	-
Depreciação e amortização	10 e 11	(2.024)	-
Custo com pessoal		(57.214)	-
Materiais, equipamentos e veículos		(4.873)	-
Seguro garantia		(1.132)	-
Energia elétrica		(8.466)	-
Outros		(9.061)	-
		<u>(1.781.982)</u>	<u>(1.202.713)</u>
Lucro bruto		126.946	72.657
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(27.175)	(57.315)
Serviços		(21.314)	(46.639)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.327)	(5.740)
Depreciação e amortização	10 e 11	(1.296)	(1.111)
Campanhas e eventos		(2.343)	(3.246)
Despesas com viagens		(1.412)	(1.853)
Provisão para riscos cíveis	14	(574)	(21)
Energia elétrica		(45)	(4.519)
Seguro garantia		-	(969)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(2.112)	-
Outros		(6.336)	(7.405)
		<u>(63.934)</u>	<u>(128.818)</u>
Outros resultados operacionais		83	10
Resultado antes do resultado financeiro		<u>63.095</u>	<u>(56.151)</u>
Resultado financeiro	17	(159.585)	(87.384)
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(96.490)</u>	<u>(143.535)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8	30.944	49.579
Prejuízo do exercício		<u>(65.546)</u>	<u>(93.956)</u>
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R\$)		<u>(0,28523)</u>	<u>(0,46978)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício		(65.546)	(93.956)
Outros resultados abrangentes			
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	18	(161.434)	174.060
Ativação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	11	(12.659)	(30.370)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		59.192	(48.854)
		<u>(114.901)</u>	<u>94.836</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(180.447)</u>	<u>880</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social		Outros resultados abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar			
Saldos em 1º de janeiro de 2015		200.000	-	(351)	(49.514)	150.135
Prejuízo do exercício		-	-	-	(93.956)	(93.956)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	94.836	-	94.836
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>200.000</u>	<u>-</u>	<u>94.485</u>	<u>(143.470)</u>	<u>151.015</u>
Subscrição de capital social em 05 de maio de 2016	15a	166.342	(136.342)	-	-	30.000
Capital social integralizado em 24 de novembro de 2016	15a	-	100.000	-	-	100.000
Prejuízo do exercício	15b	-	-	-	(65.546)	(65.546)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(114.901)	-	(114.901)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>366.342</u>	<u>(36.342)</u>	<u>(20.416)</u>	<u>(209.016)</u>	<u>100.568</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(65.546)	(93.956)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(30.944)	(49.579)
Pis e Cofins diferidos	-	(8.600)
Depreciação e amortização	3.320	1.111
Baixa do ativo imobilizado	4	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	7.478	107.772
Juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	370.528	156.982
Ajuste a valor presente - ativo financeiro	(211.848)	(75.192)
Resultado de operação com derivativos	(5.527)	(83.459)
Capitalização de custos de empréstimos	(196.201)	(71.728)
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis	3.014	33
	(125.722)	(22.660)
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(4.191)	-
Contas a receber - partes relacionadas	(7)	6
Impostos a recuperar	(22.760)	(2.088)
Ativo financeiro	(1.037.532)	(415.221)
Recebimento ativo financeiro	971.861	-
Despesas antecipadas e outras	(5.994)	1.395
Adiantamento a fornecedores	253.257	-
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(1.678)	1.560
Fornecedores - partes relacionadas	54	249
Obrigações sociais e trabalhistas	2.702	9.483
Impostos e contribuições a recolher	451	(2.172)
Pagamento de provisão para riscos cíveis	(2.439)	(12)
Outras contas a pagar	1.939	124
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	29.941	(523.292)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Liquidação de operações com derivativos	(47.294)	120.511
Aquisição de ativo imobilizado	(9.310)	(9.557)
Adições ao ativo intangível	(996.900)	(781.861)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.053.504)	(670.907)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital social	130.000	-
Liquidação da operação com derivativos	108.583	(19.595)
Financiamentos:		
Captação	843.074	2.426.707
Pagamentos de principal	(365.250)	(663.756)
Pagamentos de juros	(80.539)	(24.180)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	635.868	1.719.176
Redução (aumento) caixa e equivalentes de caixa	(387.695)	524.977
Demonstração do aumento / redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	556.576	31.599
No final do exercício	168.881	556.576
	(387.695)	524.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social exclusivo realizar a exploração da concessão patrocinada do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL) outorgada pelo Estado da Bahia, compreendendo sua implantação, operação e manutenção e todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, sem se limitar, a execução de serviços e obras, compra de equipamentos, montagens, adequação, manutenção e operação dos Terminais de Integração de Passageiros, a implantação e gestão do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, e os demais atos correlatos ao cumprimento do Contrato de Concessão decorrente da concorrência promovida pelo Governo do Estado da Bahia.

A Concessão compreende os Terminais de Integração de Passageiros, sendo eles: Acesso Norte 1 e Acesso Norte 2, Retiro, Pirajá, Bonocô, Rodoviária Norte, Rodoviária Sul, Pituaçu, Mussurunga e Aeroporto; e, duas linhas metroviárias abrangendo 23 Estações, sendo elas: Lapa, Campo da Pólvora, Brotas, Acesso Norte, Retiro, Juá, Pirajá, Campinas, Cajazeiras/Águas Claras, Bonocô, Detran, Rodoviária, Pernambués, Imbuí, CAB, Pituaçu, Flamboyant, Tamborogy, Bairro da Paz, Mussurunga, Aeroporto e Lauro de Freitas, num total de 41km de linha metroviária, sendo que a operação se desenvolverá de acordo com os Marcos Operacionais previstos no Contrato.

A Companhia do Metrô da Bahia, de capital fechado, foi constituída em 9 de setembro de 2013 e o Contrato de Concessão assinado com o Governo do Estado da Bahia em 15 de outubro de 2013, pelo prazo de 30 anos.

Em 13 de maio de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 1 ao Contrato de Concessão, que desmembrou o Evento de Aporte nº 5 em 3 novos eventos, sem alteração do valor total.

Em 9 de dezembro de 2015, a Companhia do Metrô da Bahia firmou Contrato de Financiamento de Longo Prazo com o BNDES, no valor total de R\$ 2.013.678, pelo prazo de 27 anos. Com parte desse recurso, liquidou em 21 de dezembro de 2015 o empréstimo ponte contratado em 03 de março de 2015 junto ao BNDES, no valor principal de R\$ 406.767 mais juros incorridos no período.

Em 17 de dezembro de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 2 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Transferência para a Companhia do Metrô da Bahia da responsabilidade pelo fornecimento e instalação de duas subestações retificadoras de energia elétrica;
- Adequação do projeto do Complexo de Manutenção de Pirajá e da localização da Estação Pirajá, para viabilizar a implantação do trecho 3 da Linha 1 até Cajazeiras;
- Alteração do modelo operacional e de interligação das Linhas 1 e 2 do SMSL da Estação Bonocô para a Estação Acesso Norte;
- Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em decorrência das alterações acima mencionadas;
- Reprogramação dos eventos de aportes previstos originalmente no Contrato de Concessão e no Aditivo nº 1, sem alteração do seu valor total, e dos marcos operacionais, conforme descrito abaixo:
 - Marco Operacional Operação Transitória, compreendendo o trecho Lapa – Bom Juá, com início de operação até 27 meses após o início da vigência do contrato;
 - Marco Operacional 2, compreendendo o trecho Lapa - Pirajá, com início de operação até 30 meses após o início da vigência do contrato;
 - Marco Operacional 3, compreendendo o trecho Acesso Norte – Rodoviária, com início de operação até 35 meses após o início da vigência do contrato;

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Marco Operacional 4, compreendendo o trecho Acesso Norte – Imbuí, com início de operação até 38 meses após o início da vigência do contrato;
- Marco Operacional 5, compreendendo o trecho Acesso Norte – Pituaçu, com início de operação até 39 meses após o início da vigência do contrato;
- Marco Operacional 6, compreendendo o trecho Acesso Norte – Mussurunga, com início de operação até 43 meses após o início da vigência do contrato;
- Marco Operacional 7, compreendendo o trecho Acesso Norte – Aeroporto, com início de operação até 46 meses após o início da vigência do contrato;

Em 11 de janeiro de 2016, foi inaugurado o Terminal de Integração de Ônibus de Acesso Norte, pertencente à Linha 1.

Em 04 de fevereiro de 2016, foi inaugurado o Terminal de Integração de Ônibus de Pirajá, pertencente à Linha 1.

Em 11 de fevereiro de 2016, a Companhia iniciou a Operação Comercial da Estação de Pirajá, pertencente à Linha 1.

Em 15 de maio de 2016, a Companhia iniciou a Operação Plena da Linha 1, com todas as estações dessa Linha funcionando diariamente das 5 horas da manhã até à meia noite, inclusive sábados, domingos e feriados.

Em 3 de outubro de 2016, foi assinado o Termo Aditivo nº 3 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram: (i) Desmembramento de alguns eventos de aportes, modificados a partir do termo aditivo nº 2, a fim de garantir uma maior eficiência na prestação do serviço, de modo que o recebimento dos aportes de recursos, pela concessionária, guarde maior proporcionalidade com as etapas efetivamente executadas; (ii) Definição das regras e procedimentos para a integração física e tarifária com as linhas de ônibus metropolitanos;

Em 5 de dezembro de 2016, a Companhia iniciou a operação do primeiro trecho da Linha 2, abrangendo as estações Acesso Norte 2, Detran e Rodoviária.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos na demonstração de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

c) Receitas de serviços

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a companhia presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Nos recebimentos das contraprestações e aportes públicos, caso os marcos contratuais sejam atendidos, mas os critérios para reconhecimento de receita ainda não, tais valores são reconhecidos como receita diferida.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

d) Instrumentos financeiros

• Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

• Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa.

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 18 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que (i) seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que (ii) possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de *hedge* de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

e) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

f) *Custo de transação na emissão de títulos de dívida*

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

g) *Ativo imobilizado*

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável.

O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com o tempo esperado de geração de benefício econômico estimado.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “p”.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

m) Benefícios a empregados

• Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

• Plano de benefício definido

O passivo reconhecido no balanço relativo aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação é determinado utilizando-se premissas atuariais.

• Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível a Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização.

q) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação ser torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não-financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável e contabilidade de <i>hedge</i> , dentre outros.	(a) 1º janeiro de 2018
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	A IFRS 15 substitui o IAS 11, o IAS 18, o IFRIC 13, o IFRIC 15, o IFRIC 18 e o SIC-31 e estabelece uma regra abrangente a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes.	(a) 1º janeiro de 2018
IFRS 16 - Arrendamentos	A IFRS 16 substitui o IAS 17, o IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27 e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e estabelece, na visão do arrendatário, basicamente, um único modelo contábil, onde o arrendatário deve reconhecer o ativo e o passivo de todos os arrendamentos com prazos maiores de 12 meses a menos que o bem seja considerado de baixo valor. O arrendatário é requerido a registrar o direito de uso do ativo representando o direito de uso do bem e o passivo representando a obrigação de fazer os pagamentos do arrendamento. Quanto ao arrendador, os requerimentos do IAS 17 foram trazidos para a IFRS 16, podendo o arrendador classificar e contabilizar os arrendamentos como financeiros ou operacionais.	(b) 1º janeiro de 2019

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; e
- (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

r) Novos Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2016

Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo.

Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS.

Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento.

Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Em 16 de fevereiro de 2017, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Os valores das rubricas de Adiantamento a fornecedores e intangível no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados para manter a mesma base de comparação. A reclassificação refere-se aos efeitos do TAM n. 02, conforme nota explicativa nº 11, com a transferência de 74,23% dos adiantamentos a fornecedores para o ativo circulante e não circulante, percentual esse baseado no plano de negócios como investimentos a serem reembolsados por meio do ativo financeiro.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2015</u>	Reclassificação	<u>31/12/2015</u>
	Apresentado anteriormente		Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	556.576	-	556.576
Adiantamento à fornecedor de ativo financeiro	-	175.445	175.445
Outros saldos	<u>653.149</u>	<u>-</u>	<u>653.149</u>
Total do ativo circulante	<u>1.209.725</u>	<u>175.445</u>	<u>1.385.170</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Adiantamento à fornecedor de ativo financeiro	-	78.823	78.823
Outros saldos	<u>363.169</u>	<u>-</u>	<u>363.169</u>
	<u>363.169</u>	<u>78.823</u>	<u>441.992</u>
Imobilizado	22.738	-	22.738
Intangível	<u>1.303.189</u>	<u>(254.268)</u>	<u>1.048.921</u>
Total do ativo não circulante	<u>1.689.096</u>	<u>(175.445)</u>	<u>1.513.651</u>
Total do ativo	<u><u>2.898.821</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>2.898.821</u></u>

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas do CPC as quais exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
- 8b Impostos diferidos
- 10 Depreciação do ativo imobilizado
- 11 Amortização do intangível
- 18 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de moeda e NDF (*non deliverable forward*), que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros e/ou de moeda e NDF

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da *London Interbank Offered Rate (Libor)*, Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 12, 13 e 18.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de proteger os valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financiamentos (a)	-	131.912	150.756	150.756	1.426.432
Debêntures (a)	925.312	700.000	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 191.209, substancialmente compostos por debêntures a pagar, detalhados na nota explicativa nº 13. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	334	268
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	105.332	1.824
Aplicação financeira de curto prazo - CDB	63.215	554.484
	<u>168.881</u>	<u>556.576</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 98,93% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano (13,10% ao ano, em 31 de dezembro de 2015).

7. Ativo financeiro

	2015		2016			
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Outros (a)	Saldo final
Circulante						
Aporte público e contraprestação pecuniária - parcela fixa (i)	483.126	752.189	(971.861)	146.648	14.710	424.812
Não circulante						
Contraprestação pecuniária - parcela fixa (ii)	328.263	285.343	-	65.200	505.387	1.184.193
	<u>811.389</u>	<u>1.037.532</u>	<u>(971.861)</u>	<u>211.848</u>	<u>519.107</u>	<u>1.608.001</u>
	2014		2015			
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Saldo final	
Circulante						
Aporte público e contraprestação pecuniária - parcela fixa (i)	213.369	471.775	(248.841)	46.823	483.126	
Não circulante						
Contraprestação pecuniária - parcela fixa (ii)	107.607	192.287	-	28.369	328.263	
	<u>320.976</u>	<u>664.062</u>	<u>(248.841)</u>	<u>75.192</u>	<u>811.389</u>	

O ativo financeiro refere-se ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pela implantação da infraestrutura, está registrado a valor justo pela taxa de recomposição de 15,66% ao ano, sendo constituído pela percentagem de evolução física de implantação da infraestrutura.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O recebimento será da seguinte forma: (i) aporte público: ao término da implantação de cada evento operacional e (ii) contraprestação pecuniária – parcela fixa: após o início das operações e mensalmente de forma crescente até o término da concessão.

(a) Refere-se à transferência para ativos financeiros decorrente do TAM nº 2, celebrado entre Metrô Bahia e o Poder Concedente, para reequilíbrio de investimentos adicionais executados. Vide nota explicativa nº 11.

Cronograma de recebimento – (não circulante)

	<u>2016</u>
2018	107.534
2019	99.244
2020	92.302
2021	85.097
2022 em diante	<u>800.016</u>
	<u>1.184.193</u>

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e contribuição social	(96.490)	(143.535)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	32.807	48.802
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(1.039)	105
Outros ajustes tributários	<u>(824)</u>	<u>672</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social	30.944	49.579
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>30.944</u>	<u>49.579</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>32,07%</u>	<u>34,54%</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	239.612	70.474
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei nº. 12.973/14 (b)	56.743	70.928
<i>Hedge accounting</i>	32.981	10.326
Perdas em operações com derivativos	-	20.150
Provisão para participação nos resultados (PLR)	3.039	3.008
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	-	1.827
Outros	204	14
	<u>332.579</u>	<u>176.727</u>
Bases passivas		
Ganhos de operações com derivativos	-	(54.473)
Receita de remuneração	(93.223)	(34.030)
Custos dos empréstimos capitalizados	(95.836)	(29.183)
Amortização custo de transação	(13.404)	(8.315)
Receita de contraprestação	(10.902)	-
Valor justo de operações com derivativos	-	(1.833)
<i>Hedge accounting</i>	-	(20.468)
Outros	(653)	-
	<u>(214.018)</u>	<u>(148.302)</u>
Ativo diferido líquido	<u>118.561</u>	<u>28.425</u>

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	<u>2016</u>
2017	4.412
2018	10.865
2019	23.964
2020	35.640
de 2021 em diante	164.731
	<u>239.612</u>

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados do exercício de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, outras partes relacionadas.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016				
	Transações			Saldos	
	Custos de construção	Serviços prestados	Imobilizado /Intangível	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores
Controladora					
CCR (a)	-	2.597	-	-	203
Outras partes relacionadas					
CPC (b)	-	3.357	4.224	7	610
Camargo Correa (c)	560.906	-	-	-	-
Andrade Gutierrez (c)	560.906	-	-	-	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2016				7	813
Total, 31 de dezembro de 2016	1.121.812	5.954	4.224	7	813
Total circulante, 31 de dezembro de 2015				-	759
Total, 31 de dezembro de 2015	902.798	5.105	-	-	759

Despesas com profissionais chave da administração:

	2016	2015
Remuneração (d):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	5.700	5.653
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	1.458	1.316
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	2.699	2.522
Previdência privada	169	207
Seguro de vida	11	13
	10.037	9.711

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2016	2015
		(Reapresentado)
		(*)
Remuneração dos administradores (d)	1.968	1.651

(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor comparabilidade.

Na AGO realizada em 28 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 9.800, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- c) Refere-se ao contrato por administração sob regime de aliança para a prestação de serviços de obras de construção e melhorias no Metrô Bahia. Para atender aos prazos necessários para a entrega das duas linhas previstas no Sistema Metroviário Salvador-Lauro de Freitas e obter a máxima eficiência no processo construtivo, com a redução dos custos e a diminuição dos riscos, a CCR firmou um Contrato de Aliança com construtoras parceiras.

O principal diferencial do Contrato de Aliança é configurar uma parceria em que, em vez de apenas serem contratadas para as obras, as construtoras contribuem para a definição do orçamento de forma participativa e transparente – incluindo a predeterminação do lucro esperado. Os Construtores poderão obter uma bonificação financeira se o resultado for melhor do que o projetado, ou serem penalizados até o limite de sua remuneração se houver perdas ou frustração dos resultados e cronogramas. Na prática, as empresas responsáveis pelo serviço podem obter um bônus de até 100% sobre o lucro acordado ou perdê-lo totalmente, no pior dos cenários. Essa formatação permite excluir do preço orçado, margens normalmente inclusas para fazer frente a eventuais imprevistos ou interferências, custos que, caso ocorram, são partilhados entre as partes.

Em atenção às melhores práticas de governança priorizadas pelo Novo Mercado e as práticas internas do próprio Grupo CCR, foi contratada empresa independente para avaliar o processo de previsão dos custos, de modo a assegurar que os valores do orçamento são compatíveis com os preços de mercado. Foi também contratada empresa de assessoria específica, com experiência comprovada, para acompanhar o andamento das obras e sua aderência ao cronograma e orçamento, visando assegurar a performance esperada do Contrato de Aliança.

O modelo do Contrato de Aliança continua em fase de avaliação e não substituirá, necessariamente, a contratação convencional das construtoras em novos projetos.

- d) Contempla valor total a pagar de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

10. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	2015		2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	1.621	-	-	1.579	3.200
Máquinas e equipamentos	3.328	-	(5)	1.276	4.599
Veículos	2.812	-	-	281	3.093
Instalações e edificações	31	-	-	-	31
Sistemas operacionais	-	-	-	15	15
Imobilizações em andamento	16.218	9.310	-	(4.733)	20.795
	<u>24.010</u>	<u>9.310</u>	<u>(5)</u>	<u>(1.582)</u>	<u>31.733</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	925	-	696	1.621
Máquinas e equipamentos	1.520	-	1.808	3.328
Veículos	239	-	2.573	2.812
Instalações e edificações	31	-	-	31
Imobilizações em andamento	12.005	9.557	(5.344)	16.218
	<u>14.720</u>	<u>9.557</u>	<u>(267)</u>	<u>24.010</u>

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2015		2016	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(175)	(264)	-	(439)
Máquinas e equipamentos	13	(557)	(623)	1	(1.179)
Veículos	22	(519)	(701)	-	(1.220)
Instalações e edificações	20	(21)	(10)	-	(31)
Sistemas operacionais	20	-	(3)	-	(3)
		<u>(1.272)</u>	<u>(1.601)</u>	<u>1</u>	<u>(2.872)</u>

	Taxa média anual de depreciação %	2014		2015	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Móveis e utensílios	10	(34)	(141)	(175)	
Máquinas e equipamentos	20	(151)	(406)	(557)	
Veículos	20	(15)	(504)	(519)	
Instalações e edificações	20	(9)	(12)	(21)	
		<u>(209)</u>	<u>(1.063)</u>	<u>(1.272)</u>	

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível

11. Ativo intangível

Movimentação do custo

	2015		2016		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	960.330	831.112	(1.122)	(520.097)	1.270.223
Direitos de uso de sistemas informatizados	275	-	2.804	-	3.079
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	101	-	(101)	-	-
Adiantamento à fornecedores	88.272	349.330	-	(324.832)	112.770
	<u>1.048.978</u>	<u>1.180.442</u>	<u>1.581</u>	<u>(844.929)</u>	<u>1.386.072</u>

	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	367.486	592.844	-	-	960.330
Direitos de uso de sistemas informatizados	8	-	267	-	275
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	101	-	-	-	101
Adiantamento à fornecedores	87.322	255.218	-	(254.268)	88.272
	<u>454.917</u>	<u>848.062</u>	<u>267</u>	<u>(254.268)</u>	<u>1.048.978</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 196.201 em 2016 (R\$ 71.728 em 2015). A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo de debêntures e empréstimos) foi de 9,58% a.a. em 2016 (4,91% a.a. em 2015).

Foi reduzido aos ativos intangíveis, resultado de *hedge accounting* no montante de R\$ 12.659 no período findo em 31 de dezembro de 2016.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de depreciação	2015		2016	
		Saldo inicial	Adições	Transferência (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	*	-	(1.360)	-	(1.360)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(29)	(357)	(29)	(415)
Gastos de Implantação de Sistema ERP	20	(28)	(2)	30	-
		<u>(57)</u>	<u>(1.719)</u>	<u>1</u>	<u>(1.775)</u>

	Taxa média anual de depreciação	2014		2015	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1)	(28)	(29)	
Gastos de Implantação de Sistema ERP	20	(8)	(20)	(28)	
		<u>(9)</u>	<u>(48)</u>	<u>(57)</u>	

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Do montante total de R\$ 844.929, R\$ 520.097 referem-se à transferência para ativos financeiros, decorrente do TAM nº 2, celebrado entre o Metrô Bahia e o Poder Concedente, para reequilíbrio de investimentos adicionais executados, dentre outros (para maiores detalhes vide nota explicativa nº 8), e R\$ 324.832 referem-se à transferência de 74,23% dos adiantamentos a fornecedores para o ativo circulante e não circulante, percentual esse baseado no plano de negócios, como investimentos a serem reembolsados por meio do ativo financeiro.

12. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorrido	Saldo do custo a apropriar	Vencimento final	2016	2015
<u>Em moeda nacional</u>							
BNDES - FINEM II	TJLP + 3,18% a.a	3,3933% (a)	61.522	34.846	Outubro de 2042	1.825.010	1.028.805 (c) (d)
<u>Em moeda estrangeira</u>							
Merril Lynch (b)	LIBOR + 1,4% a.a	0,01283% (a)	-	-	Janeiro de 2016	-	146.577 (e)
Merril Lynch (b)	LIBOR + 1,4% a.a	N/I	-	-	Fevereiro de 2016	-	214.048 (e)
Subtotal em moeda estrangeira						<u>1.825.010</u>	<u>360.625</u>
Total geral				<u>34.846</u>		<u>1.825.010</u>	<u>1.389.430</u>
Circulante							
Empréstimos e financiamentos						-	362.888
						<u>-</u>	<u>362.888</u>
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos						1.859.856	1.050.980
Custos de transação						<u>(34.846)</u>	<u>(24.438)</u>
						<u>1.825.010</u>	<u>1.026.542</u>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.
- (b) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 18 para maiores detalhes).

Garantia:

- (c) Suporte de capital da CCR (*Equity Support Agreement – ESA*).
- (d) Garantia real.
- (e) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

Cronograma de desembolso (não circulante)

	2016
2018	56.534
2019	75.378
2020	75.378
2021	75.378
2022	75.378
2023	75.378
2024 em diante	1.426.432
	<u>1.859.856</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- a. Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, no valor total de R\$ 2.013.677, com vencimento em 15 de outubro de 2042, sendo R\$ 1.549.737 do Subcrédito A, R\$ 460.940 do Subcrédito B e R\$ 3.000 do Subcrédito C.

Os subcréditos A e B serão remunerados pela TJLP + 3,18% a.a. e o Subcrédito C pela TJLP. O principal será pago em parcelas mensais entre 15 de abril de 2018 e 15 de outubro de 2042. Os juros serão capitalizados trimestralmente até 15 de março de 2018 e serão exigíveis mensalmente com as parcelas de amortização do principal.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As liberações já efetuadas do empréstimo ocorreram conforme demonstrado abaixo:

Nº da liberação	Data da liberação	Valor
1ª.	21/12/2015	R\$ 450.981
2ª.	23/12/2015	R\$ 600.000
3ª.	23/02/2016	R\$ 155.000
4ª.	28/06/2016	R\$ 187.000
5ª.	12/08/2016	R\$ 110.000
6ª.	17/10/2016	R\$ 120.000
7ª.	9/12/2016	R\$ 90.076

O financiamento contará com as seguintes garantias:

(a) Cessão fiduciária:

- Do direito do Metrô Bahia ao recebimento da totalidade da receita tarifária, da contraprestação e das receitas extraordinárias;
- Dos direitos do Metrô Bahia emergentes do Contrato de PPP, exceto os valores relativos ao Aporte Público;
- Dos direitos do Metrô Bahia detidos contra o Banco Bradesco, banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes nas contas correntes cedidas;
- Dos direitos do Metrô Bahia em face do Agente de Pagamento, emergentes do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas, celebrado entre Banco do Brasil (Agente de Pagamento), a (Desenbahia) e o Estado da Bahia, com adesão do Metrô Bahia;
- Dos direitos do Metrô Bahia oriundos do Contrato de Garantia firmado entre o Metrô Bahia, a CEF (Agente Financeiro), o Fundo Garantidor Baiano de Participações e na Desenbahia; e dos direitos do Metrô Bahia em face do Agente de Liquidação, emergentes do contrato a ser celebrado entre o Metrô Bahia e a CEF (Agente de Liquidação); e
- Dos direitos da CCR detidos contra o Banco Bradesco, banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na conta corrente de sua titularidade.

(b) Penhor de 100% das ações do Metrô Bahia, detidas pela CPC.

Adicionalmente o financiamento contará com o seguinte suporte da CCR:

Durante a Fase I:

- Aportar recursos no Metrô Bahia para cobrir eventuais insuficiências ou quaisquer frustrações das fontes de recursos privados necessários ao cumprimento da contrapartida privada no projeto;
- Cobrir integralmente, mediante pagamento direto ao BNDES qualquer insuficiência de recursos que vier a ocorrer para a quitação do saldo devedor do financiamento, vencido e não pago, caso o projeto não seja concluído em decorrência da insuficiência ou frustração de aporte de responsabilidade do Poder Concedente, ou ainda pelo não cumprimento do item acima;

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Aportar recursos na conta corrente de sua titularidade (conta suporte) para mantê-la com saldo mínimo de 100% do serviço da dívida a ser pago no período seguinte; e
- Cobrir integralmente, mediante pagamento direto ao BNDES qualquer insuficiência de recursos que vier a ocorrer para a quitação do saldo devedor do financiamento, vencido e não pago, no caso do não cumprimento do item acima.

A Fase I se encerra quando a Concessionária atender todas as seguintes condições: (i) início da operação comercial; (ii) observação, a partir do 2º exercício completo de operação, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,3 por 12 meses consecutivos e (iii) observação da relação PL/Ativo maior ou igual a 20%, sendo que a cada exercício com ICSD menor ou igual 1,1, esta Fase será estendida por mais um ano.

Durante a Fase II:

- Aportar recursos na conta reserva da Concessionária, para restabelecer o saldo mínimo de reserva correspondente ao serviço da dívida dos três períodos seguintes, sempre que houver inadimplemento do Poder Concedente no pagamento da Contraprestação.

A Fase II se encerra após finalização da Fase I e da observação por dois exercícios consecutivos de ICSD Ajustado maior ou igual a 1,1, sendo que o ICSD Ajustado é igual ao EBITDA Ajustado – Receita de Contraprestação/Serviço da Dívida;

Durante toda a vigência do contrato de longo prazo, o Metrô Bahia não poderá distribuir quaisquer recursos a acionista ou a qualquer outra empresa integrante do seu grupo econômico, sob a forma de dividendos, à exceção dos dividendos mínimos legais, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida, redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título, bem como pagamentos referentes a contratos com empresas do grupo econômico, exceto pelos contratos já negociados com o BNDES, caso ICSD seja inferior a 1,3.

- b.** Em 23 de dezembro de 2014, foi firmado contrato de financiamento com o Bank of America N.A. em moeda estrangeira (dólar norte-americano) com liberação no dia 12 de janeiro de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 37.453 mil, equivalente a R\$ 100.000, remunerado à Libor de 3 meses + 1,40% a.a. e liquidado em 12 de janeiro de 2016. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap* com o Bank of America of Merrill Lynch S.A., trocando a remuneração da dívida por 103,50% do CDI.
- c.** Em 23 de dezembro de 2014, foi firmado contrato de financiamento com o Bank of America N.A. em moeda estrangeira (dólar norte-americano) com liberação no dia 10 de fevereiro de 2015, através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 55.494 mil, equivalente a R\$ 150.000, remunerado à Libor de 3 meses + 1,40% a.a. e liquidado em 10 de fevereiro de 2016. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap* com o Bank of America of Merrill Lynch S.A., trocando a remuneração da dívida por 103,50% do CDI.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures

Série	Taxas contratual	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorrido	Saldo do custo a apropriar	Vencimento final	2016	2015
1. 1a Emissão - Série única	109,50% do CDI	0,2059% (a)	3.752	314	Março de 2017	885.000	765.413 (c)
2. 2a Emissão - Série única	CDI + 2,20% a.a.	2,3889% (b)	3.614	2.545	Outubro de 2019	513.908	517.078 (c)
3. 3a Emissão - Série única	CDI + 3,95% a.a.	4,7293% (b)	2.965	2.034	Maió de 2018	221.511	- (c)
Total Geral				4.893		1.620.419	1.282.491
Circulante							
Debêntures						925.312	174.071
Custos de transação						(313)	-
						924.999	174.071
Não Circulante							
Debêntures						700.000	1.110.000
Custos de transação						(4.580)	(1.580)
						695.420	1.108.420

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantia:

- (c) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

Cronograma de desembolso (não circulante)

	2016
2018	430.000
2019	270.000
	700.000

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures e notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 10 de março de 2014, foi realizada a 1ª emissão pública de debêntures, num total de 61.000 debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com garantia adicional fidejussória através de fiança da CCR e com valor nominal total de R\$ 610.000 na data de emissão.

O principal e os juros de 109,50% do CDI serão pagos em 10 de março de 2017, sendo permitido o resgate antecipado nos termos da escritura.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dentro os critérios de vencimento antecipado está o pagamento de dividendos pela emissora e/ou de juros sobre capital próprio, caso a emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos da escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei da SA), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios.

Em 03 de abril de 2014, foi realizada a 1ª liberação no montante de R\$ 312.444, correspondente ao valor nominal de R\$ 310.000. Em 11 de setembro de 2014, foi realizada a 2ª liberação no valor de R\$ 317.703, correspondente ao valor nominal original de R\$ 300.000 na data de emissão das mesmas.

2. No dia 13 de outubro de 2015, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 500.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento em 13 de outubro de 2019, havendo a possibilidade de resgate antecipado, a qualquer momento, mediante pagamento de prêmio.

A dívida tem remuneração de CDI + 2,20% a.a., pagamentos de juros semestrais e amortizações anuais de principal nos dois últimos anos e tem a CCR como fiadora.

Durante a vigência das debêntures, a fiadora não poderá distribuir dividendos e/ou realizar pagamento de juros sobre capital próprio em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da fiadora seja superior a 4 vezes, exceto se a emissora optar por contratar carta(s) de fiança bancária.

A subscrição das debêntures ocorreu em 03 de novembro de 2015.

3. Em 06 de maio de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 200.000, em série única, tendo a CCR como interveniente garantidora e remuneração de CDI + 3,95% a.a. O pagamento dos juros será anual, a partir de maio de 2017, e o principal será integralmente pago na data do vencimento, em maio de 2018.

O principal critério para o vencimento antecipado é que a interveniente garantidora não poderá distribuir dividendos em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja superior a 4 vezes, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar previamente ao agente fiduciário, carta de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada. As cartas de fiança emitidas deverão vigorar pelo prazo de um ano e deverão ser devolvidas imediatamente pelo agente fiduciário à emissora, e revogadas pela instituição financeira autorizada respectiva, mediante: (a) o restabelecimento do índice financeiro pela interveniente garantidora em qualquer período de apuração; ou (b) ao final do prazo de 1 (um) ano, o que ocorrer primeiro.

14. Provisão para riscos cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2015			2016		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis	21	1.586	(717)	(693)	399	596
	2014			2015		
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Movimento em 2015	-	21	(1)	-	1	21

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 1.696 e R\$ 50, respectivamente (R\$ 12 na esfera cível em 2015)

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2016	2015
Circulante		
Cíveis	2.625	1.715

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 05 de maio de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 166.342, mediante a emissão de 166.342.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas a serem integralizadas até 30 de setembro de 2016, passando o capital da Companhia para R\$ 366.342, dividido em 366.342.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 05 de maio de 2016, foi integralizado o montante de R\$ 30.000, em 24 de novembro de 2016 foi integralizado o montante de R\$ 100.000, permanecendo em capital social a integralizar o montante de R\$ 36.342 até 02 de janeiro de 2017.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de:

– *Hedge* de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado será transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Resultado por ação - básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Numerador		
Prejuízo	(65.546)	(93.956)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	<u>229.800</u>	<u>200.000</u>
Prejuízo por ação - básico e diluído em R\$	(0,28523)	(0,46978)

16. Receita

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita de construção	630.555	535.559
Receita de construção - aporte público	710.065	459.968
Receita de construção - contraprestação pecuniária	327.467	204.094
Receita de remuneração da concessão	211.848	67.056
Receitas metroviárias	28.249	-
Receitas acessórias	<u>861</u>	<u>109</u>
Receita bruta	1.909.045	1.266.786
Impostos sobre receitas	<u>(117)</u>	<u>8.584</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(117)</u>	<u>8.584</u>
Receita líquida	<u><u>1.908.928</u></u>	<u><u>1.275.370</u></u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(350.503)	(155.322)
Variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(17.439)	(169.506)
Perda com operações de derivativos	(13.079)	(77.585)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(20.025)	(1.660)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(4.418)	(2.414)
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(900)	(5.408)
Capitalização de custos dos empréstimos	196.201	71.728
	<u>(210.163)</u>	<u>(340.167)</u>
Receitas financeiras	(a)	
Ganho com operações de derivativos	16.823	162.827
Variação cambial sobre empréstimos	9.961	61.734
Rendimento sobre aplicações financeiras	20.529	24.168
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	2.683	3.625
Juros e outras receitas financeiras	582	429
	<u>50.578</u>	<u>252.783</u>
Resultado financeiro	<u>(159.585)</u>	<u>(87.384)</u>

(a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 1.024.

18. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de, pelo menos, 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relativos às empresas sediadas no Brasil, vencidos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2016			2015		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	168.547	-	-	556.308	-	-
Contas a receber	-	4.191	-	-	-	-
Ativo financeiro	-	1.609.005	-	-	811.389	-
Adiantamento a fornecedor	-	325.843	-	-	254.268	-
Contas a receber - operações de derivativos	-	-	-	165.577	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	7	-	-	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(1.620.419)	-	-	(1.282.491)
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(1.825.010)	-	-	(1.028.805)
Empréstimos em moeda estrangeira (a)	-	-	-	(360.625)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(51.727)	-	-	(51.483)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(813)	-	-	(759)
Contas a pagar - operações de derivativos	(53.941)	-	-	(539)	-	-
	<u>114.606</u>	<u>1.939.046</u>	<u>(3.497.969)</u>	<u>360.721</u>	<u>1.065.657</u>	<u>(2.363.538)</u>

(a) Valores líquidos do custo de transação

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e estrangeira, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2016		2015	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	1.625.312	1.659.956	1.284.071	1.198.290

(a) Valor bruto do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas e privadas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados:

Nível 2:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicações financeiras	168.547	556.308
Derivativos	(53.941)	165.038
Empréstimos em moeda estrangeira	-	(360.625)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais dos fluxos de pagamentos em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio de resultado ou diretamente no patrimônio líquido nos casos de *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia contratou opção de compra e NDF's para proteção contra a variação cambial de futuras aquisições de equipamentos.

Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram negociados em mercado de balcão.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Companhia:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	(Valor de referência (Nocional) (1))				Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado				Resultado					
				Moeda estrangeira		Moeda local		Moeda local		Moeda local		Recebidos/(Pagos)		Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/ (pagos)		Ganho/(Perda) em resultado		Ganho/(Perda) em resultado abrangente	
				2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015		
<i>MDFs</i>																					
Posição ativa	ItaúBBA	03/05/2016	01/09/2017 (2)	USD	25.327	-	82.543	-	(9.251)	-	-	-	-	-	(9.251)	-	-	(9.251)	-		
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,8268 a R\$ 4,0675																	
Posição ativa	Merrill Lynch	03/05/2016	02/10/2017 (2)	USD	37.403	-	121.900	-	(19.957)	-	-	-	-	-	(19.957)	-	-	(19.957)	-		
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,8548 a R\$ 4,0926																	
Posição ativa	ItaúBBA	03/05/2016	01/03/2017 (2)	EUR	8.463	-	29.099	-	(5.570)	-	-	-	-	-	(5.570)	-	-	(5.570)	-		
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 3,6739 a R\$ 4,5320																	
Posição ativa	Merrill Lynch	03/05/2016	01/06/2017 (2)	EUR	21.151	-	72.726	-	(19.163)	-	-	-	-	-	(19.163)	-	-	(19.163)	-		
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 3,6455 a R\$ 4,6595																	
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2016							306.268	-	(53.941)	-	-	-	-	-	(53.941)	-	-	(53.941)	-		
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS NO EXERCÍCIO FINDO EM 2016 E 2015																					
TOTAL DAS OPERAÇÕES							(53.941)	165.038	61.289	100.916	-	165.577	(53.941)	(539)	3.744	85.242	(161.434)	174.060			

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.
- (2) Refere-se a contratos que englobam várias *NDF's* com vencimentos e valores nominais distintos conforme indicado abaixo:

Contraparte	Vencimento	Nocional em US\$ mil	Taxa forward (R\$/US\$)
ItaúBBA	02/01/2017	4.519	3,8268
ItaúBBA	01/03/2017	3.171	3,8815
ItaúBBA	01/03/2017	9.880	3,3510
ItaúBBA	03/07/2017	3.047	4,0058
ItaúBBA	01/09/2017	4.710	4,0675
Merrill Lynch	01/02/2017	6.538	3,8548
Merrill Lynch	03/04/2017	2.378	3,9137
Merrill Lynch	03/04/2017	3.100	3,4892
Merrill Lynch	02/05/2017	2.455	3,9420
Merrill Lynch	01/06/2017	10.180	3,9748
Merrill Lynch	01/08/2017	3.047	4,0310
Merrill Lynch	02/10/2017	9.705	4,0926

Contraparte	Vencimento	Nocional em EUR mil	Taxa forward (R\$/EUR)
ItaúBBA	02/01/2017	4.050	3,6739
ItaúBBA	01/03/2017	4.413	4,5320
Merrill Lynch	02/01/2017	315	4,4535
Merrill Lynch	01/02/2017	3.460	3,6455
Merrill Lynch	01/02/2017	1.103	4,4936
Merrill Lynch	03/04/2017	3.310	4,5760
Merrill Lynch	02/05/2017	2.758	4,6144
Merrill Lynch	01/06/2017	10.205	4,6595

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Riscos cambiais	3.744	85.242

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo a análise de sensibilidade de variações de moeda estrangeira.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimo sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Risco	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Compromissos em Dólar	Outubro de 2017	189.718	Aumento da cotação do USD	-	(12.897)	(60.326)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Outubro de 2017	(189.718)	Diminuição da cotação do USD	-	12.897	60.326
Compromissos em Euro	Junho de 2017	86.817	Aumento da cotação do Euro	-	4.473	(17.232)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Junho de 2017	(86.817)	Diminuição da cotação do Euro	-	(4.473)	17.232
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
Moedas em 30/12/2016:		Dólar		3,2591	4,0739	4,8887
		Euro		3,4384	4,2980	5,1576

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2017 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento até	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Março de 2017	885.315	(23.911)	(29.531)	(35.023)
Debêntures	Aumento do CDI	Outubro de 2019	516.453	(82.236)	(99.973)	(117.703)
Debêntures	Aumento do CDI	Maió de 2018	223.544	(39.980)	(47.787)	(55.591)
BNDES	Aumento da TJLP	Outubro de 2042	1.859.856	(201.536)	(236.947)	(272.365)
Aplicação financeira (MenkarII)	Diminuição do CDI ⁽⁴⁾		105.332	14.073	17.587	21.098
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI ⁽⁴⁾		63.215	8.607	10.759	12.910
Total do efeito de ganho ou (perda)				(324.983)	(385.892)	(446.674)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:						
	CDI ⁽²⁾			13,63%	17,04%	20,45%
	TJLP ⁽³⁾			7,50%	9,38%	11,25%

(1) A taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se a taxa de 30/12/2016, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se à taxa de 31/12/2016, divulgada pelo BNDES;
- (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira.
- (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/12/2016 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2016 esses compromissos totalizavam R\$ 119.200 e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário.

O valor acima se refere ao investimento total a ser realizado conforme estabelecido no contrato de concessão, no montante R\$ 4.044.351, diminuído do total dos aportes, da contraprestação pecuniária e dos investimentos já realizados, nos montantes de R\$ 1.990.798, R\$ 1.061.162, e R\$ 873.193, respectivamente. O valor de R\$ 873.193 corresponde a 25,77% (percentual aproximado dos investimentos próprios do plano de negócios) dos investimentos totais realizados, cujo montante é R\$ 3.388.486.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo financeiro	520.097	-
Adiantamento a fornecedores	324.832	-
Fornecedores	-	(24.843)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>844.929</u>	<u>(24.843)</u>
Adições ao ativo intangível	-	24.843
Outros de ativo intangível	(844.929)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(844.929)</u>	<u>24.843</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. **Eventos subsequentes**

Financiamento BNDES

- Em 09 de fevereiro de 2017, foi liberado R\$ 90.000 referente ao subcrédito B do financiamento com o BNDES. O subcrédito é remunerado à TJPL + 3,18% a.a. e tem vencimento final em 15 de outubro de 2042. O pagamento de principal e juros será mensal e terá início em 15 de abril de 2018.

Composição da Diretoria

Luis Augusto Valença de Oliveira	Diretor Presidente
Sami Farah Junior	Diretor Administrativo Financeiro
Juvêncio Pires Terra	Diretor de Engenharia
Rodolfo Daniel Gonzalez	Diretor Operacional
Cláudio Augusto Soares de Andrade	Diretor de Implantação de Sistema e de Material Rodante

Composição do Conselho de Administração

Italo Roppa	Conselheiro
Antonio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3 S/BA